



### ATA Nº 019/2021

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2021, às 14h, realizou-se assembleia geral virtual da Associação dos Municípios do Vale do Taquari, sob a coordenação do presidente Paulo Kohlrausch. Estiveram presentes os prefeitos e/ou representantes dos municípios de Santa Clara do Sul, Encantado, Vespasiano Corrêa, Doutor Ricardo, Sérgio, Travesseiro, Teutônia, Forquetinha, Boqueirão do Leão, Capitão, Coqueiro Baixo, Westfália, Taquari (vice-prefeito), Progresso, Fazenda Vilanova, Estrela (vice-prefeito), Ilópolis, Arroio do Meio, Poço das Antas e Colinas. Também acompanhou a reunião o assessor jurídico da Amvat, Juliano Heisler. Inicialmente presidente falou como iria funcionar a reunião, inicialmente com participação do vice-presidente do TCE/RS, Alexandre Postal, sobre interação com municípios; depois participação da Cacis, de Estrela, representada pela presidente Andréia Zwirtes Kich; pelo diretor-executivo Paulo Finck e Daniel Aires, da Lume Eventos. Eles vão falar sobre a Multifeira. Depois haverá discussão de pautas internas como alteração de protocolos Covid e, no final, rediscussão das mensalidades da Amvat, devendo encerrar os trabalhos às 15h30min. Depois de saudar os participantes e o conselheiro, o presidente passou a palavra ao vice-presidente do TCE/RS, Alexandre Postal, para sua manifestação. Postal inicialmente agradeceu ao convite em participar da reunião, saudando a todos. Disse estar no TCE há cinco anos, buscando fazer com que o Tribunal exerça papel fiscalizador, mas antes de mais nada, seja parceiro dos municípios. Colocou o Tribunal, em especial seu gabinete, à disposição para esclarecer as dúvidas dos gestores. “Meu gabinete está à inteira disposição dos senhores para auxiliar, meu gabinete não tem sigla”, afirmou. Em seguida apresentou informações sobre o órgão, que tem mais de 1.200 entes jurisdicionados: além dos municípios (Executivo e Câmaras), fiscaliza o Governo do Estado, (estatais, fundações), Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública, não estando subordinado a qualquer um destes poderes. Observou que o TCE pode realizar auditorias sobre qualquer tema de relevância, que diga respeito às atividades da administração e que sua instância máxima é o Tribunal Pleno, onde são julgadas as contas ordinárias dos administradores. O Plano também julga todos os recursos dos processos apreciados nas Câmaras, onde são apreciados a maioria dos processos de interesse dos prefeitos. As sessões do Pleno – formado por sete conselheiros - são públicas. O atual presidente é Estilac Xavier e Postal deve presidir a Corte em 2022/2023. Nas Câmaras (1ª e 2ª), que realizam sessões semanais, são emitidos pareceres prévios aos processos dos prefeitos (contas), além de atos de admissão e aposentadorias. Também destacou, na organização do Tribunal, o Ministério Público de Contas, que se manifesta em todos os processos, antes do julgamento. O TCE possui nove regionais e tem também Ouvidoria – 4.354 denúncias foram recebidas este ano – internet é o meio mais utilizado, e nem o Tribunal sabe o denunciante. Conforme ele, muitas geram processo, sendo as áreas de pessoal, descumprimento de leis e contratos as mais denunciadas. Referiu-se também ao Plano Anual



de Fiscalização do TCE, que são as diretrizes e os critérios das auditorias e demais procedimentos de fiscalização. Ressaltou que em dezembro de 2020 houve mudanças no regimento do TCE, que vão interferir no dia-a-dia dos prefeitos: até 2020 o TCE examinava utilizando as contas de governo e as contas de gestão. A partir de 2021 as contas de governo passam a se chamar de “Contas Anuais” e as antigas Contas de Gestão foram extintas e criado o Processo de Contas Especial. Cada processo abrangerá uma matéria específica. A autuação será feita por iniciativa do Corpo Técnico. Neste novo processo poderá impor multa, glosas a qualquer administrador, não somente ao prefeito, mas também responsáveis pelo recurso público, como secretários, procuradores, fiscais de contrato e outros. Advertiu que as equipes devem estar atentas a isto. Comentou, ainda, que o TCE dispõe de muitos canais para orientar os prefeitos e suas equipes, como o Portal, Base de Legislação Municipal, Consultoria Técnica, que atende pelo telefone (51) 3214-9805. Há a escola do TCE, que oferece capacitação aos servidores. Ao encerrar, deixou telefone para atualização do cadastro dos gestores, o que pode ser feito pelo (51) 3214-9869. Encerrada esta etapa o presidente ressaltou que o objetivo dos encontros virtuais é fazer com que os prefeitos estejam mais próximos das esferas de governo e instituições, assim como os órgãos de fiscalização como o TCE, o que é muito importante. Colocou a palavra à disposição dos demais para manifestações, ocasião em que o prefeito Danilo Bruxel, de Arroio do Meio, disse estar satisfeito pelo fato de não serem mais somente os prefeitos responsabilizados, pois assim toda equipe se sente mais responsável pelos atos. “Muitas vezes os prefeitos são responsabilizados por situações que não são culpados, pois não têm como acompanhar tudo. É importante esta visão de que o prefeito não é o único responsável”, frisou. O vice-prefeito de Estrela, João Schäfer, questionou sobre o Controle Interno, a que Postal ressaltou que a prefeitura tem que ter uma pessoa responsável pelo controle interno, que não pode ser encarada como “inimigo”, mas sim um parceiro, porque ajuda na gestão. O vice-prefeito de Taquari, Ramon Kern de Jesus perguntou se já havia julgados da responsabilidade de secretários e coordenadores, o que foi confirmado pelo conselheiro. “Já há vários julgados. E atinge a todos, aquele que “malversou” o dinheiro público é responsabilizado. E também recomendamos ao prefeito para que tome as medidas para ressarcir o erário. Se o prefeito não fizer nada, ele é que pode ser responsabilizado”, alertou. O prefeito de Sério citou peça de máquina que quebrou que só tinha num local do país. Abriu processo para ver se houve culpado na quebra desta peça. Disse que seu município de Sério está com dificuldade para atingir 25% na educação, e muitas vezes não sabe o que fazer para gastar, e não quer gastar de qualquer forma, mas de forma positiva. Postal informou já ter recebido esta preocupação, mas que o TCE não tem medida concreta em relação a isto. Disse que, para ele, se for comprovado que não tinha como gastar, vai compreender. “É preciso ter bom senso nisto também. Em vários municípios está acontecendo isto”, revelou, aconselhando os prefeitos a fazerem o máximo para atingir o percentual de 25%



estabelecido pela legislação. Já o prefeito de Ilópolis, Edmar Rovadoschi, igualmente citou dificuldades para gastar o percentual de 25% na educação, e disse que resolveram ampliar a creche com recursos próprios. Na maioria dos municípios está acontecendo isto, sobrando na educação e faltando na saúde. Destacou o fato de que mais gestores serão responsabilizados. Por fim, o prefeito de Vespasiano Corrêa, Tiago Michelin, questionou sobre dúvidas em relação a processo seletivo simplificado quando é contrato emergencial, perguntando qual seria o melhor procedimento. Conforme Postal, tudo deve ser feito de acordo com a lei, e tudo com documentação, para evitar problemas futuros. “Tudo é avaliado de acordo com o processo”, frisou. Ao final, não havendo mais questionamentos, o presidente Paulo Kohlrausch agradeceu a participação do vice-presidente do TCE/RS, que segundo ele foi muito proveitosa. Na continuidade houve a participação de representantes da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Estrela (Cacis), que falaram sobre a realização da Estrela Multifeira 2021, programada para os dias 29, 30 e 31 de outubro e 5, 6 e 7 de novembro. A presidente da Cacis, Andréia Zwirtes Kich; o diretor-executivo da entidade, Paulo Finck, e Daniel Aires, da Lume Eventos, apresentaram as ações de negócios da feira e o Salão de Turismo do Vale do Taquari, que faz parte do evento. A presidente Andréia Kich agradeceu o espaço concedido à Cacis, para compartilhar com todos os participantes o que está trabalhando para a próxima Multifeira. Apresentou material sobre a feira, o planejamento, datas e novidades, como o primeiro concurso leiteiro, a fim de valorizar os produtores locais. Serão, segundo ela, 101 estandes para comércio, indústria e serviços. Outra novidade é o salão da inovação, com o objetivo de que seja uma grande vitrine para as empresas que atuam no setor da tecnologia e inovação, evidenciando os empreendimentos. Além disso, haverá o Salão do Turismo do Vale do Taquari. “Temos oportunidade de trazer muitos turistas, queremos chamar atenção para os locais dos nossos vales, rotas e roteiros. Com o salão, pretendemos atrair turistas, incentivar a instalação de novos atrativos e aumentar o número de visitantes nos atrativos da região”, explicou. A presidente aproveitou para já convidar a todos os prefeitos para a abertura oficial no dia 29 de outubro, às 10h, no Porto de Estrela, espaço onde ocorrerá a feira. Daniel Aires, da Lume Eventos, acrescentou que é uma feira muito abrangente e que Amvat e Amturvaes apoiam o salão da inovação e do turismo, além de outras entidades. O diretor-executivo da Cacis, Paulo Finck, parabenizou o presidente Paulo Kohlrausch pelo trabalho à frente da associação. Elogiou a participação do vice-presidente do TCE, observando que esta aproximação é fundamental e boa para desmistificar a relação entre Tribunal e os gestores públicos. Sobre a Multifeira comentou que é um evento de determinado risco, mas de uma confiança muito grande. Destacou que será realizada de acordo com todos os protocolos sanitários, e que é uma oportunidade para o turismo regional. O “fique em casa” é também, em nível de turismo, “fique na sua região”. “Estamos colocando a Multifeira à disposição de todos. A feira não é só de Estrela, mas é de todo o Vale do Taquari”, pontuou Paulo Finck.



Prosseguindo os trabalhos, foi abordada sugestão do prefeito de Taquari para alterar protocolos da Covid, como Academias, para ocupação de oito pessoas por metro quadrado e, no caso de lancherias e restaurantes, ocupação de seis lugares (ao invés de 5). O presidente esclareceu, num primeiro momento, que ainda não houve resposta do Estado sobre a questão das escolas, aprovada na última assembleia. Sugeriu o encaminhamento ao Comitê Técnico Regional para que este se manifeste para depois encaminhar ao Estado. O advogado Juliano Heisler, do Comitê Regional, disse que chamará o Comitê para analisar, para ver as alterações pontuais, abrindo espaço para que outros também se manifestem, e depois submeterá o parecer à assembleia da Amvat e em seguida para parecer do Estado. Sobre o aumento da capacidade nas escolas, a Secretaria Estadual de Educação está analisando e será comunicado posteriormente. Kohlrauch colocou também sobre a questão da reforma tributária do Estado – resultado da educação como fator para composição do retorno de ICMS dos municípios. Sugeriu trazer alguém para debater esta situação com os prefeitos, se possível uma reunião na próxima sexta-feira, dia 6, trazendo dois representantes do governo, um para debater esta situação do ICMS (educação) e outro para falar sobre a regionalização do saneamento básico. Um segundo assunto abordado pelo presidente foi o reajuste das mensalidades, lembrando que foi aprovado em junho, por unanimidade. Citou ter recebido mensagem do prefeito Álvaro Giacobbo, do G-17, de que os prefeitos não entenderam bem o aumento. Explicou qual foi a proposta apresentada, e os valores que foram aprovados. “A justificativa que colocamos para esta alteração – temos 37 municípios e, dentro deste contexto, uma associação que vai completar 60 anos, chega o momento que devemos dizer para o que viemos. Queremos ser uma associação objetiva, forte, que funcione de forma mais efetiva. Por exemplo: contratamos uma assessoria jurídica; alteramos estatuto para ter uma estrutura condizente com a nossa realidade, inclusive podendo ingressar na justiça em nome de todos os municípios. Mas não é só isto. Nós, como instituição, temos que ter um banco de dados, uma estrutura mínima. Ano que vem será outro presidente, e independente disso, é preciso avançar um pouco. Pagamos CNM, Famurs, DPM, entre outras, e o que está mais perto, muitas vezes, achamos que é muito investimento. Se a maioria entender que devemos retroceder, vamos respeitar”, explicou o presidente. Ele ressaltou, mais uma vez, que naquela oportunidade foi aprovado por unanimidade e voltou a falar sobre a necessidade de ter um banco de dados, ter mais informações sobre a região, como obras que sejam importantes para o Vale como um todo. “Se quisermos evoluir, precisamos em primeiro lugar saber quem somos. Será um serviço prestado pela Amvat. Temos outras instituições no Vale do Taquari, mas entendo que quem tem a legitimidade para reivindicar para o Vale, é a Amvat”, reiterou. Sobre regionalização do saneamento o prefeito de Teutônia, Celso Forneck, apontou para a importância do projeto, pois já teve reunião e nenhuma das reivindicações de seu município foi atendida. O presidente do G-17, prefeito Álvaro Giacobbo, comentou que em reunião do grupo foi comentado sobre



os municípios que possuem granjas de ovos férteis. Pediu para aqueles que tiverem, para olharem de que forma as empresas estão contabilizando, pois estão causando prejuízo aos municípios. Sobre as mensalidades, comentou que houve dúvidas se poderia ser feito este reajuste. Já o prefeito de Vespasiano Corrêa, Tiago Michelin, lembrou que, na mesma assembleia que foi aprovado o reajuste, havia um evento em sua cidade – lançamento do livro dos 25 anos do município – e que foram convidados os prefeitos do G-17. Disse respeitar a unanimidade da escolha, mas a questão é porque não foi dado reajuste a funcionários e demais entidades. “Talvez seja neste viés”, disse. Acrescentou que entende que não havia reajuste desde 2018 e que acreditava que a proposta seria apreciada de forma presencial. Também citou questão de reuniões todas as sextas-feiras, o que no seu entender deveria ser conversado. Por fim, a respeito das mensalidades, o assessor jurídico Juliano Heisler pediu um questionamento pontual, para poder se manifestar a todos os demais municípios. Ainda antes de encerrar, a secretária da Administração de Capitão perguntou como as prefeituras estão se adequando à Lei Geral de Proteção de Dados, se alguma já está implementando. O assessor jurídico disse que em Santa Clara estão fazendo uma avaliação interna de quais os dados que serão protegidos e como farão transmissão à sociedade. Segundo ele, há dados que não devem ser divulgados. Comentou que tem uma empresa de TI contratada pela prefeitura auxiliando neste processo, e que estão elaborando o Código de Ética dos servidores, tudo feito com base no Código de Ética federal. Disse que pode disponibilizar material sobre o andamento deste tema e que é preciso se adequar o quanto antes. Não havendo mais manifestações, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. E para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Paulo Cezar Kohlrausch**  
**Presidente da AMVAT**